

A coruja na gaiola

Alessandro Pinzani

Eu gostaria de iniciar minha fala sobre o que é, em minha opinião, a filosofia, tentando responder a outra questão: o que é o filósofo? Ao fazer isto, serei menos sistemático, menos “alemão”, por assim dizer, e me aproximarei à problemática por uma via oblíqua, “francesa”, para seguir na metáfora.

Partirei de uma observação de Dominique Grisoni: “Sócrates morreu porque quis *fazer* política. Vivemos sob o signo de sua condenação. Pois a lição foi compreendida. A partir daquele dia, o filósofo já não quer morrer”. O que isto quer dizer?

Embora todos nós, que nos ocupamos com filosofia, nos consideremos herdeiros de Sócrates, nada há de mais diverso do nosso modo de fazer filosofia do que sua maneira de filosofar, de praticar filosofia. Sócrates vaga pela cidade, fala com qualquer cidadão, pergunta e ouve o que os outros lhe podem dizer sobre assuntos como a justiça, a moral, a religião. Sócrates é uma mina vagante, sempre capaz de detonar numa assembléia, num banquete, numa simples conversa entre amigos. *Nós*, pelo contrário, somos acadêmicos. Desde Platão — o discípulo de Sócrates que viu morrer o amado mestre, e como reação, em vez de percorrer as ruas de Atenas questionando os concidadãos, funda a Academia — a atividade do filosofar se torna sedentária. Segura. Tranqüila. Na visão popular, o filósofo é símbolo da tranqüilidade da alma ou, pelo menos, da busca dela, da renúncia às paixões, da distância do mundo. Com a Academia platônica nasce a faculdade de filosofia, pelo menos como idéia, embora não de fato. A filosofia se transforma de atividade dialética que pode ser cumprida no espaço público da rua e da praça e pode envolver todos os homens, num saber especializado acessível a uma minoria de indivíduos em lugares apropriados. (Entre parênteses: Uma vez Derrida, ao falar sobre a universidade numa universidade, lembrou seu público do fato de que “aqui, não é um lugar indiferente”, ou seja, neutro: um lugar como outro. A universidade é um lugar carregado de sentido, que leva consigo uma história secular que é também – entre as outras coisas

– história de poder.) Teoricamente todos podem tornar-se filósofos, de fato só alguns o são.

Isto não significa, naturalmente, que desde a morte de Sócrates os filósofos não tenham arriscado sua vida para defender suas posições filosóficas ou políticas. Deixando de lado os casos de pensadores tratados como hereges pela Igreja Católica ou por outras instituições religiosas, como Giordano Bruno, Baruch Spinoza, Tommaso Campanella, e mesmo Thomas Hobbes, e chegando a tempos mais próximos e a países nos quais já não se celebram autos-de-fé, não se acendem fogueiras e não se efetuam “purgações”, e que aliás se celebram como democracias avançadas, poderíamos mencionar entre outros os seis meses de prisão que causou a Bertrand Russell o ter escrito um artigo pacifista em 1918, ou as violentas cacetadas que a polícia parisiense deu em Foucault, que estava protestando contra a extradição ilegal do advogado da RAF para a Alemanha.

Contudo, apesar destes e outros casos de pensadores dispostos a sofrer as conseqüências, até físicas, que o fato de defender certas posições poderia trazer consigo, e apesar daqueles indivíduos que padeceram uma perseguição não por motivos de idéias, mas por motivos raciais, como, por exemplo, os pensadores judaicos alemães nos anos trinta do século XX, a esmagadora maioria dos filósofos não teve com as autoridades problemas tão graves a ponto de resultarem na perda da vida, ou da incolumidade física, ou da liberdade. Pelo contrario: muitos deles foram defensores daquelas mesmas autoridades que reprimiam o pensamento heterodoxo e herético e que puniam os dissidentes até com a eliminação física. Contrariamente a Sócrates, o filósofo moderno se tornou funcionário, servidor público: professor de filosofia.

Será que como Fausto ele vendeu sua alma ao Diabo, ao Poder? Eu gostaria de responder afirmativamente, mas infelizmente acho que falta à figura do professor de filosofia aquela grandeza trágica, aquela estatura mítica, aquela sede insaciável de um saber escondido e arcano que caracterizam Fausto. Assim como lhe falta, na maioria dos casos, a curiosidade subversiva e desprovida de preconceitos de casta de Sócrates. O professor de filosofia que começasse a circular pelas ruas da cidade interrogando os concidadãos, ou – e não é metáfora – que participasse do debate

público sem outras armas que suas idéias, se desacreditaria aos olhos dos colegas “filósofos”, a saber, daquele mundo acadêmico do qual participa só quem é produtivo; quem publica artigos e ensaios nas revistas especializadas que nenhum leigo chegará a ler, imagine a entender; do qual só participa quem fica protegido atrás do escudo da autoridade de pensadores que a mesma Academia reconhece como dignos de ser citados. Quem tentar opor-se a esta lógica; quem achar que a assim chamada comunidade científica não passa de uma manifestação de poder, aliás: do Poder; um lugar de normalização e estrangulamento de todo saber heterodoxo; um instrumento de controle e defesa de privilégios – quem tentar, então, subtrair-se à lei do “publish or perish”, do “publica ou morre” (lembrem-se: Sócrates não escrevia e não quis escrever, achando isto impróprio para um verdadeiro filósofo; foi Platão que tentou normalizar e canonizar o ensino do mestre ao pô-lo por escrito); quem achar que pensar não é simplesmente comentar o que outros pensaram, quem quiser levar a filosofia para as ruas da cidade, talvez já não corra, hoje, o risco de ser executado ou aprisionado, mas corre o risco de outra morte: a morte acadêmica. Penso, por exemplo, em Chomsky. Refiro-me obviamente não ao Chomsky lingüista, mas ao crítico da sociedade americana e ocidental. Se Chomsky tivesse baseado suas observações críticas sobre uma exegese minuciosa e filologicamente correta de Platão, de Hegel, ou até de Nietzsche – este grande herege normalizado pela Academia –, os seus colegas teriam aceitado o debate. Mas como ele quis filosofar sobre e com a realidade dos fatos, citando não frases de Aristóteles, mas números e dados relativos à pobreza no mundo ou ao poder militar e econômico dos países “desenvolvidos”; como ele tentou não mostrar que, por exemplo, uma certa interpretação de Spinoza ou de Kant estava errada, mas quis desmascarar o desejo de domínio e as relações de poder escondidas atrás dos discursos oficiais, inclusos os acadêmicos, ele se desacreditou perante o mundo da universidade. E como o descrédito acadêmico é contagioso, como a lepra, que ataca o nome dum filósofo quando ele deixa a torre de marfim e desce ao lodo da realidade mundana, se transmite aos seus seguidores, os professores de filosofia – nós – cuidam de não mencionar certos autores, de não usar certos argumentos, de não falar em certas questões.

Há exceções, claro que há! Mas – como bem se sabe – as exceções só servem para confirmar a regra.

O que é, então, ser filósofo, hoje? Eu posso responder com base na minha experiência pessoal. Vivi em quatro mundos acadêmicos: o italiano, o alemão, o norte-americano e, agora, o brasileiro. Há, certo, diferenças. Mas todos eles compartilham o caráter acima mencionado: neles, o filósofo é professor de filosofia. E a tarefa do professor de filosofia é fundamentalmente transmitir um saber canônico consagrado pela autoridade da mesma Academia. Kant dizia que não se pode ensinar a filosofia, mas sim tão-somente a filosofar. Minha impressão é que a universidade contemporânea representa a tentativa de desmentir este dito kantiano. Não porque não haja professores que não se esforcem por ensinar aos seus alunos a filosofar, a desenvolver uma capacidade crítica, a pensar com sua cabeça, a seguir o apelo iluminista “*sapere aude!*”, ousa pensar, atreve-te a questionar! Pelo contrario: todos os meus colegas sempre se esforçaram e se esforçam justamente nesta direção. Contudo, não é isto o que a instituição universitária, a sociedade, e mesmo o Estado (nosso empregador) esperam deles. O que se espera é a reprodução de um saber cristalizado e intocável. Devemos formar indivíduos capazes de transmitir por sua vez este saber: professores do ensino médio, professores universitários. Não devemos formar filósofos, novos Sócrates que percorram a cidade pondo questões constrangedoras, fazendo cambalear convicções inabaláveis, corrompendo a juventude. O saber que transmitimos e que, pelo menos em parte, produzimos, deve ficar confinado nas paredes da Academia ou deve chegar filtrado ao público dos estudantes do ensino médio. Podemos produzir teses sobre autores malditos como Nietzsche ou Foucault, podemos criticar o capitalismo, a sociedade contemporânea, a produção de gêneros de consumo baseada na exploração dos animais, o sistema penitenciário ou psiquiátrico, até mesmo o sistema universitário. Tudo isto é aceito enquanto fica mero exercício acadêmico, pura teoria. Ninguém puniu Foucault por ter escrito livros e ensaios eruditos sobre a prisão e sobre a maneira em que o Estado a usa para criar aquela delinquência que ele afirma combater. Mas como ele foi protestar na rua por melhores condições nos penitenciários ou por uma maior justiça, ele recebeu cacetadas. Mesmo Platão, que

chamei antes, um pouco injustamente, de “normalizador” da heresia de Sócrates, arriscou a vida ao tentar aplicar na prática suas teorias políticas.

Hoje as cacetadas são menos doloridas fisicamente, pois são só cacetadas morais: a perda do bom nome acadêmico, o cancelamento de uma bolsa de pesquisa ou do apoio financeiro de uma instituição pública. No final dos anos cinquenta, Horkheimer expressava numa carta a Adorno toda sua preocupação pelo fato de que o assistente deste último, um jovem de nome Jürgen Habermas, tinha publicado um artigo no qual a palavra “revolução” ocorria dezenas de vezes. A preocupação de Horkheimer não era com a posição revolucionária de Habermas, mas com a reação das autoridades públicas de cujo financiamento dependia a vida do Instituto para a Pesquisa Social por ele dirigido. Por isto, sugeria Horkheimer a Adorno, seria melhor convencer Habermas a deixar “espontaneamente” o Instituto. E foi o que aconteceu.

O filósofo, hoje, é professor de filosofia. Ele produz textos cujo público é a comunidade científica, ou seja, como vimos, um grupo restrito de indivíduos que são seus colegas. Seu saber é especializado: quem se ocupa de filosofia prática não se ocupa, normalmente, de epistemologia ou de lógica. Às vezes a especialização é ainda maior: quem se ocupa de ética antiga não se ocupa de ética moderna, quem estuda o pensamento político dos séculos XVI e XVII não estuda o do século XX, quem analisa autores alemães do século XIX não analisa autores franceses da mesma época etc. O sentido desta especialização é permitir uma reprodução sem atrito do saber filosófico. Trata-se, no fundo, de uma verdadeira camisa de força imposta pela Academia, pelos currículos, pelos formulários, no qual o professor deve necessariamente preencher itens como: área de atuação, área de especialização, área de competência etc. Cabe ao filósofo (ao professor) tirar proveito desta imposição. A especialização pode tornar-se algo positivo, se posta a serviço de um pensamento crítico. Se ela ajuda o filósofo a desenvolver a capacidade de relacionar-se com as idéias e o pensamento de outros filósofos, de analisar seus textos, de compreender sua mensagem.

E como não quero atacar o saber especialista, assim também não quero atacar a erudição – muito pelo contrário: o saber erudito representa um importante instrumento de análise crítica e de luta contra a leviandade e superficialidade dos

discursos oficiais, das tentativas de revisão e distorção histórica, do pensamento em preto e branco dominante nas mídias de massa e nas palavras de muitos políticos (também de “políticos” acadêmicos). Uma sólida erudição sempre nos permitirá desmascarar as cínicas simplificações de quem pretenda impor-nos uma visão ideológica e – devemos ter a coragem de usar esta palavra tão danada nos últimos decênios – *falsa* do mundo. Concordo com François Châtelet, quando ele afirma que só ao estudarmos o passado, podemos pensar nossa atualidade. Como professor de filosofia política, eu tento mostrar aos meus alunos como pensadores de épocas diferentes pensaram problemas comuns. Como surgiram e se modificaram certos conceitos que ainda hoje caracterizam não somente as discussões acadêmicas, mas o próprio debate político. Como não podemos simplesmente fazer uma operação de copia-e-cola com tais conceitos, e como a história das modificações que eles sofreram possa ajudar-nos a entender melhor seu uso atual. Tento fazer com que os alunos enfrentem os textos clássicos com respeito, mas sem temor reverencial; com consciência do seu contexto histórico, mas sem considerá-los documentos de uma época morta; com a vontade de questionar os argumentos usados pelos pensadores a partir de uma perspectiva interna, primeiramente, mas às vezes também de uma externa, sem por isso cair num anacronismo cego à realidade histórica e cultural de um autor (como, por exemplo, censurar Aristóteles por ter justificado a discriminação das mulheres). Espero que isto ajude meus alunos a desenvolver sua capacidade de ler criticamente um texto, qualquer texto, não somente os clássicos da filosofia; de entender um argumento e como ele funciona; de questionar interpretações e pontos de vista tradicionais.

Eu gostaria de dizer que espero ajudá-los a questionar a autoridade, mas sei que isto não me é possível, e precisamente pela razão que *eu* incorporo *em mim* a autoridade. Eu sou chamado a avaliar seu desempenho, sua disciplina, sua capacidade de receber (Oxalá de re-elaborar) o saber canônico. Dou notas. Aprovo e reprovo. Uso aquela autoridade que o sistema pôs em mim para estabelecer quem pode ser chamado de filósofo (isto é: de formado, bacharel, mestre ou doutor em filosofia) e quem não. Como eu deveria reagir se um aluno de nome Friedrich Nietzsche apresentasse como dissertação ou como tese um texto como *Assim falou Zarathustra*? Provavelmente,

segundo os cânones do sistema acadêmico, deveria reprová-lo. Exortar o autor a reescrever seu trabalho de maneira inteligível, a considerar a literatura crítica, a fazer notas de rodapé (um trabalho sério deve ter notas de rodapé: esta é uma regra fundamental da Academia atual). Provavelmente terei até razão ao fazer isso. Todos podem ser filósofos, mas nem todos o são. Quer dizer: todos podem ser professores de filosofia, mas nem todos o são. E não é por acaso que Nietzsche nunca o foi.

(Outra parêntese: pensem na sutil perversão que obriga o professor contrário ao sistema ou a sair deste último, deixando o ensino, ou a ficar nele perpetuando-o, aplicando provas nos próprios alunos aos quais, em sala de aula, ele explica aqueles mecanismos do Poder e da transmissão do saber pelos quais eles são agora julgados!)

Eu sou um professor de filosofia, não um verdadeiro filósofo – como Nietzsche. Não posso mover-me livremente neste sistema que se chama Academia e que foi criado para proteger-me e para proteger o mundo de mim, aliás: dos que tentassem seguir as pegadas de Sócrates semeando escândalo na cidade. Sou submetido àquele mesmo poder que me atribui autoridade sobre os alunos e faz, portanto, de mim parte do mecanismo repressivo que me aprisiona. Uma repressão quanto bondosa? Certo, minha vida não é ameaçada, enquanto eu ficar no ninho tranqüilo numa sala de aula, no lar do meu departamento, no aconchego da minha biblioteca; mas quando eu sair no vasto mundo questionando-o?

Porque, no fundo, o que me levou a fazer filosofia foi, justamente, uma certa incapacidade de estar no mundo. Melhor: a sensação, nada agradável, de não me sentir à vontade nele. Não quero dizer, com isto, que escolhi a filosofia como terapia. A filosofia nunca é terapia – se pensarmos que a tarefa da terapia é a cura da doença. Pelo contrário: a filosofia agrava os sintomas. Responde às perguntas pondo novas questões. Como no jogo que todos jogamos quando crianças, o de exasperar nossos pais opondo a cada afirmação deles o nosso “e por quê?”, por infinitas vezes. Só que não é um jogo. É vida. A vida, a *nossa*, de filósofos – à medida que conseguimos sê-lo, que o sistema nos permite sê-lo.

Então, o incômodo de estar neste mundo. Não de existir (pelo menos, não no meu caso). Mas o mal-estar provocado pelo fato de ser este mundo, *este* mundo e não outro. Eu sempre substituí a grande pergunta da metafísica “por que algo e não o

nada?” pela grande pergunta da filosofia prática em geral e da filosofia política em particular “por que este mundo e não outro?”. Comecei a estudar filosofia na convicção de que outro mundo é possível, para citar um slogan conhecido (a propósito: no Fórum Social Mundial de Porto Alegre estiveram Chomsky ou Jameson, mas não as vacas sagradas da filosofia política acadêmica nacional ou internacional: uma participação neste tipo de eventos não cai muito bem no currículo Lattes). Então: Comecei a estudar filosofia na convicção de que outro mundo é possível. Hoje já não sei. Contudo, sigo acreditando na possibilidade de que a filosofia, até a filosofia acadêmica, possa ajudar-nos, pelo menos, a entender melhor este mundo: despertando o Sócrates adormecido em cada um de nós; ensinando-nos a pensar de maneira crítica, a questionar o certo, o canônico, o que é sagrado pela tradição. Pode ser que a Academia seja uma gaiola, na qual a coruja de Minerva está ao mesmo tempo presa e protegida. Mas ainda assim, filosofar, aquele filosofar que seguramente não pode ser aprendido simplesmente escrevendo provas ou dissertações, mas que também não pode ser aprendido sem as capacidades críticas que uma boa formação acadêmica pode fornecer; aquele filosofar que talvez os estudantes não aprendem na universidade, mas para o qual esta última tenta oferecer instrumentos; aquele filosofar ao qual Kant nos exorta a todos fica uma atividade subversiva, socrática. Ainda podemos ser o escândalo da cidade, ainda podemos corromper a juventude e levá-la a cometer aquele pecado que sempre é o pior para o sistema: pensar.